



Turismo Sustentável: Reflexões, avanços e perspectivas

Sustainable tourism: Reflections, advances and perspectives

Marcos Tonet Damas

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade apresentar reflexões, avanços e perspectivas do turismo sustentável, sob o viés do ecoturismo e o turismo de base comunitária. No entanto como primeira etapa, buscou-se por fontes bibliográficas visando buscar entendimentos sobre a relação homem-natureza. Na segunda etapa, buscou-se por estudos científicos relacionados ao ecoturismo como também ao turismo de base comunitária, objetivando verificar como de fato tais ações sustentáveis vêm sendo estabelecidas. Como terceira etapa foi realizada uma análise geral dos temas propostos. O presente trabalho concluiu que muitos avanços vêm sendo desenvolvidos entre as diversas abordagens e estudos, porém, muito ainda precisa ser feito principalmente na complexa relação entre teoria e prática, principalmente no que relaciona-se aos interesses econômicos e a falta de sensibilidade para a questão ambiental, que acaba por interferir muitas vezes mais negativamente do que positivamente no turismo e em seus efeitos relacionados aos recursos naturais. No entanto com a era tecnológica em que se vive, a comunicação, os movimentos sociais, a conscientização tanto de preservação e conservação sobre recursos naturais passa a ter maior abrangência nesse contexto, contribuindo a passos moderados com o real sentido de valorização que o meio ambiente de fato precisa e merece, principalmente no que relaciona ao turismo e suas relações ambientais.

PALAVRAS CHAVE: Turismo; Sustentabilidade; Ecoturismo; Turismo de Base Comunitária.

ABSTRACT: This article aims to present reflections, advances and perspectives of sustainable tourism, under the bias of ecotourism and community-based tourism. However, as a first step, we searched for bibliographic sources aiming at understanding the relationship between man and nature, how it was established. In the second stage, we searched for studies related to ecotourism as well as community-based tourism, aiming to verify how in fact such a sustainable perspective is and how such actions have been established based on the perceptions arising from the environmental theme. As a third step, a general analysis of the proposed themes was performed. The present work concluded that many advances have been developed between the various approaches and studies, but much still needs to be done mainly in the complex relationship between theory and practice, especially in relation to economic interests and lack of sensitivity to the issue. environment, which often interferes more negatively than positively with tourism and its effects on natural resources. However, with the technological age in which we live, communication, social movements, awareness of both preservation and conservation of natural resources has become more comprehensive in this context, contributing to moderate steps with the real sense of appreciation that the environment. indeed needs and deserves, especially with regard to tourism and its environmental relations.

KEY WORDS: Tourism; Sustainability; Ecotourism; Community Based Tourism.

Introdução

Em toda sua dinâmica existencial a natureza tem um papel essencial na vida humana, com o turismo isso não é diferente, principalmente pelo poder de atração que causa por paisagens e vivências com a natureza em turistas e visitantes do mundo todo, por outro lado o cuidado e a fragilidade ao se pensar na questão ambiental deveria ser algo intenso e responsável, porém se analisarmos culturalmente e historicamente a relação homem e natureza, percebe-se que a mesma é marcada por grandes momentos de massiva exploração e devastação de seus recursos naturais no seu sentido mais prejudicial e devastador, quanto a isso, Leff (2011 p.330) afirma que: *"a natureza é administrada, explorada, conservada, transformada, através de formas e de significação que provêm da cultura"*.

Para Cavalcanti (2012) a realidade em que encontra-se o desenvolvimento evidencia um embate quase insolúvel entre a agressiva promoção econômica e o indefeso patrimônio natural, sendo que a ecologia deveria ser levada a sério, no entanto no modelo econômico que rege a formulação das políticas econômicas e as ações de desenvolvimento em todo o mundo, tem-se que os recursos do ecossistema não são tratados como restrição, eles simplesmente não aparecem nos cálculos. Ainda com base nas percepções do autor, o mesmo menciona que:

A realidade do raciocínio econômico, com tal abstração, permite que se conceba o mundo sem ecossistema. Ou que se considere o último como uma externalidade. Sim, o meio ambiente existe; mas fica lá em outro plano (galáxia, planeta). Quando muito, pensa-se o ecossistema como espécie de berloque ou balangandã, como penduricalho da economia; como uma dispensa ou almoxarifado de onde se saca o que se queira e onde se joga todo lixo. Daí no modelo da teoria econômica dominante inexistir preocupação com o meio ambiente, recursos naturais, poluição e depleção (CAVALCANTI, 2012, p. 39)

Dialogando com outros autores sobre o mesmo ponto de vista ambiental com direcionamentos para com o turismo, Fonteles (2004), relata que analisando um novo olhar sobre a turistificação e seus atores, criam-se territórios turísticos, sem nenhuma integração, seja relacionada às suas populações nativas, marginalizadas quanto ao uso dos recursos, onde a natureza, espaço público de bem comum, é transformada muitas vezes em espaço privado, sem o devido respeito às legislações ambientais existentes, comprometendo dessa forma ecossistemas. Partindo desse mesmo contexto, tem-se que:

A problemática ambiental reflete a percepção de que o volume de impactos destrutivos gerados pela ação antrópica (do homem) sobre os ecossistemas tem-se ampliado a horizontes de longo prazo, de modo a repensar as atuais formas de desenvolvimento, tanto neoliberais como social-democratas, favorecendo uma internacionalização efetiva do meio ambiente, enquanto recursos naturais, espaço e qualidade do habitat, para que se transcenda a preocupação por suas repercussões no plano puramente biofísico, como também no processo de intercâmbio entre fatores geofísicos e socioculturais. Sampaio (2005, p.114)

Cabe destacar sobre a importância de se repensar o desenvolvimento atual, de como todo o processo destrutivo relacionado às questões ambientais reflete das mais variadas formas na sociedade atual, sendo que no processo evolutivo até hoje, existem formas concretas e mecanismos favoráveis frente aos problemas ambientais que continuam existindo,

Em virtude da forte intervenção humana, o tempo da natureza não consegue mais manter seu tempo próprio, fazendo com o que os ciclos naturais sejam alterados e a sua relação de “ecodependência” comece a ser ameaçada. O tempo da natureza passa a ser o tempo da racionalidade humana. A natureza é mercantilizada. Tempo, negócios e natureza passam a andar juntos. Sampaio (2005, p.42)

Seguindo esse contexto, no que se relaciona ao turismo, Azevedo, Pinheiro e Soares (2010) afirmam que na complexa relação homem e natureza, na perspectiva de um turismo em harmonia com o meio ambiente, deseja-se um mundo em que se busque um reencontro com um estado total de equilíbrio, em consonância com o universo, atuando solidariamente para com as gerações futuras, tendo a necessidade de uma conscientização atuante para o real entendimento que o homem é a própria natureza, no qual tudo que vem a desempenhar contra a natureza remete-se a uma causa e efeito.

O vínculo entre turismo e natureza se complementa, ou pelo menos deveria também complementar-se em um sentido mais intenso, seja pelo fato da riqueza da biodiversidade existente em todo o mundo, como também pelo fato do turismo ganhar maior abrangência e atratividade quando aliado aos encantos e cenários que a natureza proporciona, no qual devem vir aliado tanto pela Educação Ambiental, conscientização e preservação dos recursos naturais existentes.

Conforme afirma Rocktaeschel (2006) tem-se no Brasil um exemplo de grande biodiversidade, com belezas cênicas, riqueza cultural e histórica, regiões na qual conservam os mais altos índices de biodiversidade do mundo com biomas belíssimos, como: o Pantanal, a Amazônia, Mata Atlântica, o Cerrado, a Caatinga, os Campos e a Floresta de Araucária, além da zona costeira, favorecidos tanto por questões geográficas, culturais e históricas.

Desenvolvimento: referencial teórico

O turismo sustentável

Ao pensar em alternativas práticas para o turismo sobre o viés da sustentabilidade, tem-se primeiramente um questionamento sobre a dependência massiva do turismo pela questão econômica, porém com a evolução das preocupações voltadas aos impactos negativos ao meio ambiente, o turismo merece total atenção, principalmente pelas novas formas de práticas sustentáveis que surgiram. Frente a isso Grimm, Loose e Sampaio (2013) afirmam que para uma atividade turística venha a ser sustentável é importante que outras racionalidades venham a dialogar na direção de um paradigma para o desenvolvimento da escala humana, no qual as comunidades têm um papel essencial na tomada de direções

como questões que envolvem mobilizações e a devida valorização que são imprescindíveis em todo o processo de desenvolvimento.

No processo de entendimento das questões que envolvem a sustentabilidade, cabe destacar que a década de 1970, foi essencial para novas perspectivas da teoria e prática relacionada a temática ambiental.

Até a década de 1970, as teorias de desenvolvimento econômico concebidas para interpretar o capitalismo não levavam em conta os componentes ambientais – fossem eles renováveis ou não –, como o esgotamento dos recursos naturais, a poluição ou a destruição dos ecossistemas. A desconsideração desses aspectos deve-se, sobretudo, ao fato de que, até aquele momento, a pressão das atividades humanas sobre o meio ainda não havia atingido um nível crítico. Foi, portanto, a partir dos anos 1970, quando as questões do meio ambiente e dos recursos naturais passam a configurar um problema para a humanidade, que elas começam a ser entendidas e tratadas enquanto tais no âmbito das teorias econômicas (FERNANDEZ, 2011, p.112)

Um outro momento marcante que merece destaque como um marco para o desenvolvimento sustentável foi a Conferência de 1992 realizada no Rio de Janeiro, segundo Abranja e Almeida (2009) foi onde entendeu-se de fato o desenvolvimento sustentável e procurou-se buscar um equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação e a proteção dos ecossistemas na terra, a conferência reafirmou o conceito de desenvolvimento sustentável, contribuindo para uma massiva conscientização de que os prejuízos e danos ao meio ambiente eram diretamente de responsabilidade dos países desenvolvidos, sendo que ao mesmo tempo, viu-se a necessidade de os países em desenvolvimento receberem apoio financeiro e tecnológico para avançarem para o desenvolvimento sustentável, sendo que apenas no século XXI, na conferência de Joanesburgo, conseguiu configurar geopoliticamente a sustentabilidade.

Frente as evoluções e entendimentos práticos do desenvolvimento sustentável, surgem ações como o próprio ecodesenvolvimento, Fernandez (2011, p. 110), diz que *“...representa uma espécie de ‘terceira via’, colocando-se como uma alternativa à bipolarização que o debate então assumira: por um lado, a proposta do ‘crescimento zero’ e as reivindicações desenvolvimentistas dos países do terceiro mundo.*

Ainda visando entendimentos voltados a prática do ecodesenvolvimento, Sampaio, (2005, p. 177) exemplifica 4 complementações:

- (1) Prioridade ao alcance de finalidades sociais: aonde tem-se os objetivos sociais como prioritários, traduzidos pelas suas necessidades materiais e psicossociais, juntamente com autodeterminação, participação política e autorrealização.
- (2) Valorização da autonomia ou self-reliance: tem como base o pleno desenvolvimento em respeito às tradições culturais locais.
- (3) Relação de simbiose com a natureza: abandonando o padrão arrogante sempre ligado a natureza para uma plena relação de complemento.

- (4) Efetividade econômica: situando a eficiência econômica como uma alternativa a racionalidade microeconômica dominante, relacionando a dinâmica dos custos socioambientais do processo de desenvolvimento.

Com base nas explicações acima, pode-se perceber como o papel humano torna-se parte fundamental no processo de mudança, seja na cooperação, no respeito e ética da vida humana, buscando o equilíbrio na relação a natureza, da importância tanto de questões econômicas e ambientais praticadas em consonância e com o mesmo grau de importância.

No que dialogam com o temática ambiental, Martins e Neiman (2009), destacam que no caso do turismo, a sustentabilidade tem uma concepção estratégica e duradoura de desenvolvimento que precisa vir apoiada por uma interpretação interdisciplinar e integral da dinâmica regional, resultando assim de uma sinergia que seja mutante e apoiada na noção do que possa estar vinculado ao espaço material e imaterial, lugar, cenários de interações, conflitos e as próprias transformações, tanto do contato simbólico entre o local e o global.

Almeida (2016) entende que nos discursos políticos e empresariais a utopia da sustentabilidade no turismo acaba esbarrando em aspectos principais, tais como: engajamento, instrumentalização, operação e comercialização, o primeiro tem como principal problema a falta de medidas de sensibilização sobre velhas práticas, no que relaciona-se a instrumentalização, pois mostra-se pouco vantajosa aos olhares do governo e empresas locais, no que refere-se a operação tem-se a necessidade de mecanismos de controle e monitoramento visto a fragilidade encontrada em áreas destinadas ao turismo, quanto a comercialização, a dificuldade em internacionalizar os custos financeiros gerado pelos investimentos, impacta diretamente na não articulação e na integração dos agentes da cadeia em favor das práticas sustentáveis a longo prazo.

Ecoturismo

Ao relacionar a dinâmica que envolve o ecoturismo Brumatti (2014, p.292) afirma que, *“o ecoturismo, ao provocar e satisfazer o desejo do turista de estar em contato com a natureza, deve explorar o potencial turístico da localidade visando a conservação e evitando possíveis impactos negativos à ecologia e à cultura”*.

Cabe destacar que em sua essência o ecoturismo envolve questões de equilíbrio voltadas a importância da preservação e conscientização, proporcionando Educação Ambiental tanto para turistas como visitantes de áreas naturais.

Nesse sentido, tem-se no entendimento da Educação Ambiental, que a mesma não se fundamenta de uma única forma, pois pode ser articulada por diferentes áreas do conhecimento, e que possui vertentes distintas de fundamentação com concepções essenciais do sujeito ecológico (FREIRE; ALMEIDA, 2019)

Buscando uma maior compreensão sobre a prática do ecoturismo, Martins e Neiman (2009) argumentam que uma prática instrumental da sustentabilidade que precisa ser melhor compreendida é o ecoturismo, que além de já ser praticado por mais de cem anos, desde a criação dos primeiros parques nacionais no mundo, (Yellowstone e Yosemite), tem-se que nos últimos anos do século XX se configurou

como um fenômeno crescente e economicamente viável, vindo a consolidar-se na década de 1990, com o advento de novos hábitos.

Países como Costa Rica, Quênia, Equador e Nova Zelândia, todos dotados de paisagens e elementos naturais singulares, incrementam e fortalecem suas economias nacionais através do incentivo e prática turística em ambientes naturais e tem conseguido obter resultados satisfatórios quanto ao recebimento de visitantes, assim como na preservação dos recursos. O “boom” da atividade ecoturística, ainda na década de 1990, incentivou o surgimento de novos entrantes e investidores no segmento, ao mesmo tempo que buscou consolidar a atuação dos destinos já existentes, ampliando a competitividade e os requisitos de qualidade, inovação e diferenciação (ALMEIDA, 2016, p.32)

Maranhão e Azevedo (2019), afirmam que quanto ao Brasil, tem-se que o viés econômico e o viés ambiental do ecoturismo se sobrepõem aos demais relacionados tanto a fatores educacionais e participativos, vindo a ocasionar uma promoção desequilibrada e sem resultados expressivos, o que gera no Brasil, um caminho longe de se obter resultados promissores e significativos.

Assim diante de toda exposição, permanece o desafio de nivelar e padronizar uma linguagem que atenda não somente às expectativas dos vários grupos sociais com interesse no desenvolvimento da atividade, mas que proporcione uma interpretação clara quanto ao seu conteúdo e significado, contribuindo dessa forma com a adoção de políticas, de planejamento e de tomada de decisões coerentes (MARANHÃO; AZEVEDO, 2019, p. 33).

Para Afroz e Mahmud (2017) o termo ecoturismo tenta demonstrar um turismo responsável, visto que chegou ao centro das atenções nas últimas décadas como uma alternativa ao turismo de massa, visando proteger os recursos naturais em todo o mundo, mesmo com seu viés econômico, deve proporcionar o equilíbrio ambiental para promover assim, o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais.

Ainda no que dizem Afroz e Mahmud (2017), com o desenvolvimento e a promoção do ecoturismo, vem surgindo uma demanda por qualidade, nos diversos serviços que o ecoturismo proporciona, o que impacta de forma positiva tanto na economia de um país, como também ocasiona uma mudança no status e classe social. O ecoturismo traz renda para povos locais, visto a crescente demanda que passa a ter em uma determinada localidade.

No entanto, não se pode deixar de reconhecer os conflitos inseridos na prática do ecoturismo, sendo que se tem a necessidade de entender a origem desta atividade para o entendimento de suas problemáticas e a busca por alternativas que tragam uma visão coerente e crítica de tal condição. (FREIRE; ALMEIDA, 2019)

Kinker (2005) afirma que é necessário considerar três fatores principais para que o turismo desenvolvido na natureza seja chamado de ecoturismo: sendo tanto

voltados a conservação do ambiente visitado; conscientização ambiental, tanto do turista como da comunidade receptora e o que tange ao desenvolvimento local e regional integrado. Ainda sobre o planejamento, infraestrutura para o pleno desenvolvimento do ecoturismo, a autora destaca que:

Há ainda que se considerar as vias de acesso, a infraestrutura disponível de saúde, de comunicação, de segurança, etc. Portanto, para poder alcançar os benefícios que o ecoturismo pode gerar, é necessário planejar a atividade em um contexto integrado local e regional, não somente com o apoio dos poderes públicos municipal, estadual e federal, mas também com todos os atores interessados: comunidade, ONGs e iniciativa privada (KINKER, 2005, p.10).

Na opinião de Mendonça e Neiman (2000), o ecoturismo surgiu como um meio de alcançar o desenvolvimento sustentável das regiões que ainda apresentam importantes conjuntos naturais, de valor ecológico, paisagístico e de conservação de culturas tradicionais, nesse contexto as populações residentes possuem um forte vínculo com a natureza, promovendo assim um bem-estar sem corromper suas características culturais mais profundas, pois são os únicos que realmente conhecem as formas de sustentabilidade específica desses ambientes naturais. Ainda segundo os autores, em uma visão crítica sobre o ecoturismo, afirmam que

na medida em que vemos crescer, com uma velocidade muito grande, o consumo irresponsável das paisagens, das trilhas e das cachoeiras, e uma padronização chocante dos meios de hospedagem e da infraestrutura ecoturística, mesmo nos lugares onde a personalidade da cultura local é forte e expressiva. Hoje é perfeitamente possível hospedar-se em uma pequena pousada de um vilarejo da Bahia com o mesmo padrão de outra em Goiás ou no Maranhão. Quem está induzindo esse processo? Onde fica a proposta de respeito e valorização das culturas locais? Nos eventos folclóricos pré-programados? No sotaque do garçom? Porque se definiu que o ecoturista precisa de televisão e frigobar no quarto? Isso é compatível com os valores e estética local? A idéia inflexível de padrão de qualidade põe seriamente em risco os valores locais que, contraditoriamente, o ecoturismo propõe resgatar (MENDONÇA; NEIMAN, 2000, p. 108)

Para Martins e Neiman (2009), infelizmente, nota-se a falta de articulação e envolvimento de comunidades locais residentes em áreas onde são implantadas projetos de ecoturismo, percebe uma preocupação crescente quanto a aspectos relacionados com o uso da natureza como uma mercadoria e a consequente devastação ambiental perceptíveis através de modelos econômicos vividos em sociedade, visando apenas lucro, ganância e degradação dos recursos naturais, perceptíveis muitas vezes no turismo, diminuindo assim sua própria credibilidade.

Turismo de base comunitária

Sampaio (2005), relata que o turismo de base comunitária pode ser entendido como um divisor de águas, pela relação dialética entre o turista e a comunidade receptora, no qual são repensados sob uma nova abordagem de desenvolvimento, regulando padrões de consumo, estilo de vida, tendo como cuidados essenciais a questão de bens e serviços como também os impactos ambientais. Ainda segundo o mesmo autor, tem se:

Turismo comunitário não se limita apenas a observação ou, ainda, a convivência com as populações autóctones, mas consiste também no envolvimento com os próprios projetos comunitários. O turismo comunitário se aproxima de uma experimentação alternativa ao modo de vida consumista. Ele é, potencialmente, uma estratégia de comunicação social que possibilita que experiências de planejamento para o desenvolvimento de base comunitária em curso, na qual a população autóctone se torna principal protagonista, resgatando ou conservando seus modos de vida que lhe são próprios, possam ser vivenciadas através da atividade turística (SAMPAIO, 2005, p. 115)

Nesse mesmo raciocínio, Betti (2014) afirma que o que impulsiona o turismo de base comunitária é o envolvimento, o contato diferenciado que é proporcionado, como também a autonomia e a participação das comunidades receptoras, visto que a proximidade e a hospitalidade características do turismo de base comunitária contribuem para a maior intensidade dessas experiências, pois tem-se no turista o viajante, que interpreta a cultura e a natureza, não apenas de forma passivamente com as informações e vivências, pois o que deve existir é uma imersão do visitante na realidade diferente da rotina.

Considerando tais impactos advindos, Camargo (2015) enfatiza que o turismo de base comunitária é um turismo feito de pessoas para pessoas, no qual traz impactos negativos, pois toda forma de turismo interfere na dinâmica local do receptor, como também impactos positivos, caso a comunidade for protagonista, o turismo de base comunitária pode acabar promovendo uma inclusão social, tanto pela troca de saberes e fazeres entre os anfitriões e visitantes.

As comunidades devem ser as principais beneficiadas com a atividade, ao contrário do que se observa no turismo massificado, visto que ele tem gerado graves problemas sociais, econômicos e ambientais, dentre eles a ociosidade de mão-de-obra local durante a maior parte do ano, elevação de preço, especulação imobiliária, segregação entre habitantes locais e visitantes, violência, prostituição, vulgarização da autenticidade e problemas ambientais (BARRETO *et al.* 2017, p.115).

Vale salientar que em uma de suas características essenciais, o turismo de base comunitária refere-se a uma nova abordagem ao consumismo e o protagonismo das comunidades receptoras, onde predomina-se o equilíbrio com o que traz as bases da sustentabilidade, com um sentido prático e transformador.

Maldonado (2009) esclarece que o Turismo de Base Comunitária é algo recente na América Latina, onde as primeiras viagens para as comunidades isoladas aconteceram em meados em 1980, vindo da necessidade dessa demanda de mercado, teve-se um crescimento acentuado cujas correntes dinâmicas são tanto o turismo cultural e o turismo de natureza, em que resultaram nesse sentido nas três últimas décadas em pressões sobre patrimônios naturais e culturais nas comunidades rurais e indígenas.

Camargo (2015) ainda relata que tem-se no turismo de base comunitária, uma ligação direta e essencial com a sustentabilidade, visto a relação com o próprio elo afetivo em que a comunidade desenvolve com o espaço vivido e questões territoriais, necessita-se, portanto, pensar nas ações ligadas ao turismo em rede, planejamento viável, tanto economicamente, como socialmente.

Com a criação de seus espaços, o turismo de base comunitária permite o compartilhamento do cotidiano, lazer, religiosidade, dentre outras atividades, permitindo relações humanas favorecidas por tal ação. Tem-se assim uma atividade que pode contribuir com desenvolvimento, não apenas econômico, mas sim social cultural e local, onde dinamiza-se a própria autonomia do ser humano (BARRETO *et al.*, 2017)

Porém como relata Maldonado (2009) ao mesmo tempo que a globalização do turismo cria um bom estímulo às comunidades, mas também exerce pontos negativos, como fortes pressões, principalmente por pequenos negócios e por funcionarem de forma isolada, tendo como principais dificuldades: exclusão das instituições governamentais, discriminação aos acessos que envolvem recursos de produção, mercados, serviços empresariais e demais incentivos, tudo isso acarreta uma grande instabilidade e ao mesmo tempo fraca competitividade dos negócios que envolvem a dinâmica comunitária.

Em todo esse processo que envolve o turismo de base comunitária, a comunidade local precisa ser valorizada, visto que os valores humanos precisam ser praticados e respeitados.

IRVING (2009 p. 116) afirma que *“a valorização da cultura local constitui parâmetro essencial do turismo de base comunitária, não no sentido de sua importância na configuração do produto”* de mercado, mas com o objetivo de afirmação de identidades e pertencimento”.

Cabe destacar que em todas as definições e entendimentos que envolvem o turismo de base comunitária, os valores humanos sempre são destacados como essenciais, para desta forma serem praticados, partindo dessa premissa, outras questões são amplamente sintonizadas em equilíbrio com reflexos da sustentabilidade e todas as suas ramificações.

Com relação a importância do valor humano frente às transformações, no que se refere ao associativismo, Sampaio (2005) relata que

é uma ação social coletiva baseada na cooperação qualificada, isto é, privilegia o diálogo parametrizado no debate ético sobre a lógica da razão econômica hegemônica, procurando entendê-la para não se deixar seduzir pelo cálculo utilitarista e individual (SAMPAIO, 2005, p. 33)

Nas relações sociais e culturais existentes, no que se relaciona ao envolvimento relacionado aos reflexos que esse tipo de turismo ocasiona, tem-se que:

Nesse contexto, entende-se como o envolvimento das comunidades locais, além da participação em discussões e tomada de decisões relativa aos problemas econômicos, ecológicos e sociais, a valorização da cidadania, uma vez que é imprescindível para o estabelecimento de relações horizontais, desenvolvendo o espírito e o senso de responsabilidade comum (BRUMATTI, 2014, p. 292).

Cabe ressaltar que muitas vezes a maioria dos conflitos ocorrem por discrepâncias por interesses econômicos, no que envolve ao associativismo por exemplo, a questão econômica precisa estar voltada claramente em questões éticas e de diálogo, para que os conflitos não venham a prejudicar a proposta central.

No que se refere ao associativismo no Brasil, Nitsche (2012, p.185) afirma que

indicou-se que o associativismo tem gerado resultados positivos em alguns lugares do Brasil, onde o turismo se tornou um acontecimento muito presente na vida de comunidades, interferindo nas relações sociais de forma a unir agricultores, dentro de um mesmo ideal. Ideal este, secundário a sua atividade principal agrícola, que deve ser mantida para garantir sua sustentabilidade, como pôde ser observado nos casos das associações de turismo citadas em Santa Catarina, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul.

No que esclarece sobre a relação entre associações e o próprio cooperativismo, para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, Camargo (2015) pontua que uma das etapas essenciais é que os empreendedores estejam também aprimorando-se e buscando conhecimentos, não para modificarem seus modos de vida, mas para adquirir conhecimento de turismo comunitário através de experiências em outras localidades, o que necessita de união com cooperativas ou associações, visto que para tal necessidade as pessoas possuam capacidade para gestão, administração, conhecimentos de contabilidade, dentre tantas outras necessidades, principalmente as características sociais de cada comunidade, e que a busca por aprendizado amplie horizontes, sendo essa uma das etapas essenciais do ser humano.

Almeida (2016) certifica a necessidade de refletir sobre as exigências necessárias para que a atividade turística de base comunitária consiga se desenvolver e estabelecer-se por meio de uma gestão eficiente dos recursos locais, visto que a ausência de uma organização interna relacionada com o planejamento, gestão e tomada de decisão, trará limitações tanto a médio e longo prazo.

Metodologia

O presente artigo, realizado por meio de pesquisa bibliográfica tem como objetivo contribuir para o entendimento do turismo sustentável, trazendo análises, reflexões e questionamentos sobre suas transformações, ampliando assim a discussão e reflexão sobre a importância para o manejo correto e de seu desenvolvimento.

No que tange a pesquisa bibliográfica, Gil (1999), esclarece que

[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. (GIL, 1999, p. 65).

Segundo Reis (2015) a pesquisa bibliográfica explica um problema fundamentando-se apenas em contribuições secundárias, em informações e dados extraídos de leituras e referências, que foram produzidos por outros autores e que abordam o tema selecionado para tal estudo. Desta forma tal técnica auxilia o pesquisador a revisar a literatura, em que permite conhecer e compreender melhor tais elementos teóricos que fundamentarão a análise do tema e do objetivo de estudo da pesquisa.

Reis (2015), esclarece ainda também que a pesquisa bibliográfica quando desenvolvida seguindo funções essenciais, contribui para o pleno desenvolvimento da pesquisa (Quadro 1)

Quadro 1: Funções essenciais relacionadas a pesquisa bibliográfica.

Frame 1: Essential functions related to bibliographic research.

| | |
|-----------|--|
| Auxiliar | Definir corretamente os termos ou conceitos que fundamentarão a pesquisa para assim evitar incorreções e ambiguidades de interpretações e, quando necessário, esclarecer seu significado específico; |
| Elaborar | Estabelecer a estrutura conceitual do desenvolvimento do tema; |
| Evitar | Possibilitar analisar opiniões similares e diferentes sobre os materiais estudados, o que proporciona outros entendimentos por caminhos já percorridos por pesquisadores em outros estudos. |
| Explicar | Detalhar com informações pertinentes um problema teórico a partir de informações secundárias; |
| Descobrir | Levantamento do que já foi estudado, como: lacunas, barreiras teóricas e metodológicas do tema e obter dessa forma informações sobre a situação atual do problema pesquisado. |

Fonte: Reis (2015)

Source: Reis (2015)

Conforme informações no Quadro 1, entende-se, a pesquisa bibliográfica é uma das mais práticas a serem realizadas, mas que, no entanto, precisa-se de percepção e foco do pesquisador, visto que caso tais funções não estejam claramente estabelecidas pode trazer contratempos, comprometendo assim o estudo a que se tem proposto.

Para Fachin (2006), a pesquisa bibliográfica é por excelência, uma fonte inesgotável de informações, pois auxilia na atividade intelectual e contribui para o conhecimento em todas as formas do saber, pois a pesquisa bibliográfica tanto pode conduzir um estudo em si mesmo quanto constituir-se caso tenha necessidade, para um outro tipo de pesquisa.

Como fase inicial deste artigo, foram feitas buscas bibliográficas e leituras centradas em autores que abordam a relação do homem e a natureza, sendo crucial esta etapa, visto que se obteve o respaldo necessário para complementação do tema do estudo.

Para a segunda fase, buscou-se fontes bibliográficas com temas sobre turismo sustentável, tanto pelos aspectos positivos e negativos de tal relação, onde foi possível o entendimento pertinente para relacionar tanto com o ecoturismo e o turismo de base comunitária.

Como terceira fase deste artigo, contou-se com a elaboração da análise dos resultados, no qual foi se dialogando com as ideias de estudos com base em livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado, e artigos científicos, com percepções e análises do autor deste trabalho, construindo assim argumentos pertinentes sobre a ligação entre homem e natureza, turismo sustentável: ecoturismo e turismo de base comunitária.

Análise dos resultados

Ao pensarmos em turismo pelo viés da sustentabilidade, faz-se necessário um entendimento do que pode ser compreendido pela “causa ambiental”, em que primeiramente deve estar voltada a compreensão de equilíbrio ambiental, reflexões sobre ações antrópicas ocasionadas, visto a nítida ideia da natureza como uma mercadoria que infelizmente foi sendo estabelecida ao longo dos séculos.

O termo sustentabilidade, utilizado na atualidade parece algo muito fácil de falar, mas que na prática muitas vezes está bem diferente de ser praticado, quanto a essa reflexão,

E que, para fazer isso, tem-se que respeitar limites. Limites que são biofísicos, do ponto de vista dos recursos naturais, que é o que interessa para a discussão da sustentabilidade. Mas sem esquecer dos limites éticos, porque nem sempre o que é ecologicamente possível é moralmente desejável – como pescar filhotes de lagosta, uma atividade proibida no Brasil, ou desrespeitar as quotas de captura do nobre atum azul do Atlântico e do Mediterrâneo, fixadas pela *International Commission for the Conservation of Atlantic Tuna* (ICCAT). Sustentabilidade, enfim, quer dizer manutenção do sistema de suporte da vida; significa comportamento em obediência às leis da natureza (CAVALCANTI, 2012, p. 44)

É interessante destacar que historicamente a natureza sempre foi vista e obtida como algo que não tivesse fim, que poderia ser explorada e que tudo continuaria como está, sendo que com o surgimento e evolução de tais conceitos como o da sustentabilidade e o próprio ecodesenvolvimento, por exemplo, trouxe à tona a fragilidade do ecossistema e uma preocupação ambiental geral, que passou a

ser vista com maior atenção de como o mundo precisa de responsabilidade em consonância com o equilíbrio ambiental.

Sobre um olhar crítico, sobre turismo sustentável, tem-se:

Nas estatísticas do turismo, é possível a distinção entre o “sustentável” e o “insustentável”. O discurso político tende a privilegiar o “sustentável”, da mesma forma que o pulveriza, em sentidos e significados diversos, capazes de banalizá-los, transformando-os em utopia contemporânea. Mas existe uma direção possível que transcende os imediatismos políticos e busca consolidar a participação cidadã, em escalas local e global. É nesse movimento cidadão que o turismo poderá se consolidar como veículo de transformação social, que transcende fronteiras políticas e atinge o campo da ética global. (IRVING et al., 2005, p.7).

Conforme a citação acima, destaca-se como a participação cidadã pode atuar positivamente nesse contexto de uma relação harmônica entre o turismo e os recursos naturais, pois, a sustentabilidade em um dos seus pilares mais dinâmicos atua principalmente na conscientização para que possa vir a surgir um efeito, um resultado.

Leff (2001) relata que os conflitos ambientais não serão resolvidos apenas por soluções científicas seja da economia ou ecologia, mas por valores culturais e estilos de desenvolvimento diferenciados, nos quais a exploração, conservação e o uso sustentável dependem unicamente das ações e relações dos significados sociais ligados a natureza, pois o conflito ambiental está muito ligado por interesses pela apropriação da natureza em conta de sua riqueza e suporte de práticas produtivas.

Segundo Almeida e Abranja (2009), a sustentabilidade tornou-se algo essencial para o surgimento de produtos turísticos visando competitividade, até mesmo no mercado internacional, a exigência por produtos sustentáveis tem crescido, como também a qualidade da oferta cultural e acima de tudo a preservação do ambiente.

Segundo Brumatti (2014) dentro da nova concepção do turismo e sustentabilidade e com o discurso do ambientalismo e toda a problemática capitalista e social do mundo, é inevitável a mudança de interesse dos consumidores do turismo de massa por experiências mais enriquecedoras.

Bookchin (1980), defende que o próprio ambientalismo tende cada vez mais a refletir uma sensibilidade instrumental da natureza como um hábitat totalmente passivo, visto que o próprio ambientalismo não considera a questão básica de que a natureza não deve ser dominada pelo homem, no entanto ele deve desenvolver técnicas para assim diminuir os males ocasionados por tal relação.

Já Irving, Bursztyn, Melo e Sancho (2005), afirmam que a sensibilização da sociedade é uma das ferramentas mais rentáveis para a prática do turismo sustentável, para que seja construído novos paradigmas de desenvolvimento turístico, que vão desde questões como capacitação de comunidades locais, investimento nas potencialidades, discussão e a importância da comunicação dos riscos e benefícios concretos que o turismo pode trazer para uma determinada localidade, são fatores fundamentais e complementares com as questões que

envolvem educação, cultura e formas de organização social e que devem portanto estar incorporados no processo de desenvolvimento na gestão do turismo.

No contexto que visa discutir a sustentabilidade, Martins e Neiman (2009) afirmam que tal aplicabilidade não é exclusivamente ligada aos temas do ecoturismo, nem do ambientalismo ou da Educação Ambiental, mas é uma questão da contemporaneidade, um tema atual que remete de imediato a função das instituições formadoras de profissionais de turismo por exemplo, dotando assim de capacidade de reflexão, trazendo permanentemente visão crítica as questões ambientais, exercitando sua própria recriação.

Pedrini (2006) admite existir um desrespeito colossal pelos ecossistemas que ocupam a biosfera em todo o globo, no entanto, tem-se duas possibilidades principais de enfrentamento desses problemas que estão previstas na legislação ambiental mundial, como a punição ou prisão, pagamento de multas, do homem que destrói esses recursos não renováveis e a adoção extensiva da Educação Ambiental, que pode conectar-se com a atividade de preservação, recuperação e conservação de biomas e ecossistemas naturais.

No caso do ecoturismo, como afirma D'Cruze *et al.* (2017), tem-se como fator positivo o fato de que os próprios moradores locais, podem trabalhar como guias ou fornecendo transporte e acomodação, no qual podem receber por serviços ambientais em vez da prática de caça, no entanto pesquisas recentes destacaram que o ecoturismo acaba tendo um efeito negativo sobre a conservação da natureza, pela proximidade muitas vezes de turistas com a vida selvagem, pelo stress e mudanças de comportamento dos animais, como também o contato físico com a vida silvestre selvagem pode levar a morte de espécies ameaçadas.

Assim, tem-se que a relação entre o homem e o meio ambiente sempre estará ligado a impactos negativos e positivos, sendo que com a evolução de tecnologias, informação e até mesmo movimentos sociais, têm-se pontos favoráveis para que os impactos positivos sejam mais que os negativos.

Tanto o ecoturismo e o turismo de base comunitária, trazem o pleno engajamento para o equilíbrio sustentável necessário, no entanto muito ainda precisa ser conquistado e evoluído, visto o histórico de destruição que deixou marcas profundas para o meio ambiente,

A partir de meados do século XX, aos dias atuais crescem os esforços para o encontro de alternativas mais brandas, eficientes e inclusivas de produção, Neste limiar o ecoturismo e o turismo de base comunitária, são propostas que buscam se distanciar da indústria turística convencional ao propor equacionar os ganhos econômicos com a conservação dos sistemas ambientais e a inclusão produtiva de atores locais, assentando seus princípios e práticas em temáticas como desenvolvimento sustentável, solidariedade e superação da pobreza (ALMEIDA, 2016, p.113)

Portanto, entende-se que o turismo pode ser um aliado para tal efeito positivo, mas precisa estar plenamente em consonância, com o devido respeito aos recursos naturais, sem que interesses econômicos, ganância humana e a falta de percepção ambiental tragam ainda mais efeitos negativos.

O turismo sustentável pode sim trazer proporções positivas e coerentes, mas dependem de muitos fatores, desde o local ao global, do planejamento coerente e responsável, como também acima de tudo da participação cidadã.

Considerações finais

Nos levantamentos das fontes bibliográficas percebeu-se como a questão da sustentabilidade vem evoluindo e passando por muitas transformações, porém cabe ressaltar que muito ainda precisa ser feito, mesmo estando em um caminho promissor, mas ao mesmo tempo com incertezas e malefícios das mais diferentes esferas e interesses.

Destaca-se que o turismo como sendo uma atividade de bens e serviços e com muitas inter-relações, exige um conhecimento geral e ao mesmo tempo dinâmico, frente ao entendimento da complexa relação entre natureza e turismo, como destaca Beni (2001) pois o turismo tem sua base na esfera econômica condicionado em sua evolução, e na prática as forças regeneradoras ou conservadoras da qualidade dos atrativos turísticos naturais e ecológicos são inibidas pela ação de forças, com objetivos claros, como a manutenção de certos interesses econômicos em detrimentos relacionados a ecologia.

Tanto o ecoturismo como o turismo de base comunitária, estão intrinsecamente ligados a essência de desenvolvimento sustentável, nesse contexto, novas perspectivas acabam ganhando cada vez mais espaço, seja através tanto de turistas que estão mais conscientizados e exigentes, como também os profissionais das mais diversas áreas que atuam com turismo que precisam estar alinhados nessas tendências advindas de tal demanda, sendo que ao mesmo tempo considera-se como algo desafiador tanto pela conjuntura econômica predominante.

É válido mencionar que o turismo de base comunitária surge como uma concepção totalmente favorável desde suas questões que envolvem a sustentabilidade em todo seu sentido pleno, sendo que ao mesmo tempo chega-se a ser desafiador em um mundo tão capitalista, mas com exemplos consolidados de que pode haver evoluções sustentáveis para tal.

D'Cruze *et al.* (2017) analisa que tem-se um indiscutível e urgente desafio relacionado ao ecoturismo, visto que a procura pelo turismo de vida selvagem vem crescendo, visto o melhor posicionamento econômico dos turistas, melhor acessibilidade para áreas naturais, e o marketing na publicidade que vem ganhando cada vez mais espaço.

Portanto, conclui-se que o contexto que mais aproxima-se de uma reflexão concreta do turismo sustentável é a atuação principal do "fator humano", seja ele vindo atrelado a Educação Ambiental, interdisciplinaridade, ética humana, cidadania, como também sobre a importância dos movimentos sociais como um ponto favorável ao processo de transformação que se vivencia no século XXI, ou seja, um dos passos mais importantes é o que se refere às relações humanas e suas contribuições dos entendimentos para as mais variadas áreas e interesses.

As redes de movimentos sociais possibilitam, nesse contexto, a transposição de fronteiras *territoriais*, articulando as ações locais às regionais, nacionais e transnacionais; *temporais*, lutando pela indivisibilidade de direitos humanos de diversas gerações históricas de suas respectivas plataformas; *sociais* em seu sentido amplo, compreendendo o pluralismo de concepções de mundo dentro de determinados limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia através do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada (SCHERER-WARREN, 2006, p.27)

Em tempos de mudanças de paradigmas, aliados a tecnologias e inovações, cabe pensar e atuar mutuamente a sustentabilidade e o turismo, em que seu reflexo esteja claro tanto no sentido mais amplo e sustentável de desenvolvimento como também nas ações pensadas e geridas não apenas por interesses econômicos.

Referências

- AFROZ, N.; MAHMUD, S. Analyzing The Problem And Prospects Of Ecotourism: A Review On Bangladesh. **IOSR Journal of Business and Management**.v.19, n.2, p.59-65. 2017.
- ABRANJA, N.A.; ALMEIDA, I.D. Turismo e sustentabilidade. **COGITUR**. p. 15-31. 2009.
- ALMEIDA, A.R.B. Ecoturismo e turismo de base comunitária na comunidade de Forte Velho, PB: diagnóstico e proposições. Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. 2016.
- AZEVEDO, F.F; PINHEIRO, B.R.A.; SOARES, A.S. A relação homem- natureza e a práxis do turismo: um (re) encontro para a preservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**. v.3, n. 2, p. 331-340. 2010.
- BARRETO, E.O.; LOBATO, A.S.; PEREIRA, P.V.V.; SERRA, D.R.O. Caracterização do Turismo de Base Comunitária em Polos Turísticos do Estado do Pará. **Revista Brasileira de Ecoturismo**. São Paulo, v.10, n.1. fev./abr. p.113-127, 2017.
- BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. 5 ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.
- BETTI, P. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em unidades de conservação: estudo de caso na área de proteção ambiental de Guaraqueçaba e no Parque Nacional do Superagui, Guaraqueçaba – Paraná. Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Dissertação** (Mestrado) Universidade Federal do Paraná. 2014.
- BOOKCHIN, M. **Towards an Ecological Society**. Montreal: Black Rose Book. 1980.
- BRUMATTI, P.N.M. Sociedade, cultura e natureza: Influências do ambientalismo no desenvolvimento do ecoturismo. **Caderno Virtual do Turismo**. v.14, n.3, p. 280-297, Dezembro, 2014.

CAMARGO, A. Da terra ao mar: Turismo de Base Comunitária no espaço vivido de Superagüi - Guaraqueçaba, Paraná. **Dissertação** (Mestrado em Turismo). Programa de Pós-Graduação em Turismo. Universidade Federal do Paraná. UFPR. 2015.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: Mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. **Revista Estudos Avançados**. v. 26, n.74, p. 35-50, 2012.

D'CRUZE, N.; MACHADO, F.C.; MATTHEWS, N.; BALASKAS, M.; CARDER, G.; RICHARDSON, V.; VIETO, R. A review of wildlife ecotourism in Manaus, Brazil. **Nature Conservation** v.22, p. 1–16, 2017.

FACHIN, O. **Fundamentos da metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERNANDEZ, B.P.M. Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Economia Ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? Editora UFPR. **Desenvolvimento e meio ambiente**, n.23, p.109-120, jan./jun. 2011.

FONTELES, J.O. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

FREIRE, P.M.O.; ALMEIDA, F.A.B. Ecoturismo, Educação Ambiental crítica e formação de sujeitos ecológicos: convergências e desafios. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.11, n.4, ago./jan. p. 561-587, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRIMM, I. Jurema.; LOOSE, E. Beling.; SAMPAIO, C. A. C. Turismo, comunicação e sustentabilidade: reflexões e possibilidades. **Cadernos de Estudos e Pesquisas no Turismo**. v.2, p.26-42. Jan/Dez, 2013.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. G. (Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

IRVING, M.A.; BURSZTYN, I.; MELO, G.M.; SANCHO, A.P. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 5, n.4, p.01-07. 2005.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. 2ª edição. Campinas, SP: Papirus, 2005.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Revista Olhar do Professor**. v.14. p. 309-335, 2011.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D.G. (Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARANHÃO C.H.S.; AZEVEDO, F.F. A Representatividade do Ecoturismo para a gestão pública do turismo no Brasil: uma análise do Plano Nacional de Turismo 2018-2022. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.12, n.1, p.09-35, 2019.

MARTINS, M.R.; NEIMAN, Z. A Questão da Qualidade na Formação dos Profissionais para o Turismo Sustentável. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 9, núm. 1, Rio de Janeiro, 2009.

MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. **Turismo em Análise**, São Paulo, V.11, N.2, p. 98-110, 2000.

NITSCHKE, L.B. Desvendando o espaço vivido na comunidade de Guajuvira e sua relação com o turismo, em Araucária, Paraná (PR). **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

PEDRINI, A.G. **A Educação Ambiental com a biodiversidade no Brasil: Um ensaio. Ambiente & Educação**, vol. 11, 2006.

REIS, L. G. **Produção de monografia da teoria à prática: o método educar pela pesquisa (MEP)**. 5ª edição. Brasília. Senac-DF, 2015.

ROCKTAESCHEL, B. M. M. M. **Terceirização em áreas naturais protegidas**. São Paulo: SENAC, 2006.

SAMPAIO, C.A.C. **Turismo como do fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. 2006. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, 2006.

Marcos Tonet Damas: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

E-mail: tonettur@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1987450260499804>

Data de submissão: 31 de julho de 2019

Data de recebimento de correções: 17 de fevereiro de 2020

Data do aceite: 17 de fevereiro de 2020

Avaliado anonimamente